

## LEI AGRÍCOLA PERMANECE PARALISADA NO CONGRESSO

O Congresso entrou de férias parlamentares no mês de agosto sem finalizar uma série de medidas que impactam o comércio e o relacionamento bilateral com o Brasil. Entre as medidas mais importantes está a resolução do caso do algodão através da nova lei agrícola (*Farm Bill*).

A Câmara dos Deputados norte-americana aprovou sua versão da lei agrícola no dia 11 de julho, sem incluir provisões do auxílio alimentar pela primeira vez desde 1973. A remoção do auxílio alimentar da proposta causou a ameaça de veto pelo presidente Obama, objeções da maioria dos democratas, bem como oposição de grupos de agricultores e organizações conservadoras. Mas no final, o projeto foi aprovado sem o financiamento do auxílio alimentar, que a Câmara pretende votar separadamente no futuro. O Senado também aprovou a sua versão da proposta em junho deste ano.

A versão da Câmara revoga a lei agrícola permanente de 1949 e inclui novos requisitos de análise econômica e científica referentes à nova Lei da Segurança Alimentar (FSMA). Em contraste à versão do Senado, a medida da Câmara inclui a prorrogação de dois anos dos pagamentos diretos

transitórios para os fazendeiros de algodão. A proposta, no entanto, não contém mudanças para o programa de *General Sales Manager* (GSM-102), parte da disputa na Organização Mundial de Comércio (OMC). O GSM-102 garante empréstimos comerciais para exportações de *commodities*.

O processo de negociações entre as diferentes versões da proposta de lei, apresentadas pelas duas casas, iniciará quando os líderes do Congresso indicarem os componentes do painel de conferência. Embora o Presidente do Comitê Agrícola na Câmara, Deputado Frank Lucas, tenha sinalizado sua intenção de iniciar oficialmente as discussões, o Deputado Eric Cantor, líder da maioria, declarou que não entrará em conferência antes da aprovação da provisão do auxílio alimentar.

Especialistas afirmam que o Congresso não tem pressa para aprovar a nova lei agrícola já que o impacto na agricultura do país só iniciaria a partir de janeiro de 2014, após a expiração da lei vigente no dia 30 de setembro deste ano. Desse modo, é possível que a lei agrícola não seja aprovada antes de sua expiração em setembro.

### Nesta Edição

Congresso entra em recesso sem renovar o SGP	Pág. 02
Congresso discute Agenda de Comércio	Pág. 02
Projeto de lei sobre a tarifa de etanol	Pág. 03
SGP - USTR anuncia início da Revisão Anual de 2013	Pág. 03
FATCA: prazo prorrogado e site para registro	Pág. 03
FDA publica novas propostas sobre a Lei de Segurança Alimentar	Pág. 04
18ª Rodada das Negociações da TPP	Pág. 06
EUA e União Europeia realizam primeira Rodada de Negociações	Pág. 06
BIC investiga gás não convencional com grupo de brasileiros	Pág. 07



Criado em 2000, o Brazil Industries Coalition (BIC) é uma entidade sem fins lucrativos, independente e estabelecida de acordo com a legislação norte-americana, dedicada à representação do setor privado brasileiro em Washington, D.C. A missão do BIC é defender, perante o Congresso e Executivo norte-americanos, os interesses do setor privado brasileiro e desenvolver um trabalho para promover a sólida parceria entre o Brasil e os Estados Unidos nas áreas de comércio, investimento, inovação e energia.

## Congresso entra em recesso sem renovar o SGP

---

*O SGP é um programa que reduz para zero a tarifa de determinados produtos procedentes de países em desenvolvimento, desde que cumpridos requisitos pré-determinados.*

A legislação que visa a renovação do SGP até setembro de 2015 foi introduzida na Câmara (H.R. 2709) e no Senado (S. 1331), mas um impasse no Congresso, causado pela dificuldade de contrabalancear a perda de receita devido as isenções previstas no programa, resultou na expiração do programa no dia 31 de julho deste ano. Embora a Câmara e o Senado tenham indicado que trabalharão para uma renovação retroativa, o Congresso enfrentará uma agenda legislativa cheia a partir de 9 de setembro, quando retornam das férias parlamentares de agosto. Em 2010, a falta de um acordo no Congresso resultou na expiração do programa, que foi aprovado com efeito retroativo em outubro de 2011. Espera-se que o mesmo aconteça este ano.

Atualmente, 4.975 produtos de 127 países e territórios beneficiários são elegíveis para participação no programa. Em 2012, os EUA importaram um total de US\$ 19,9 bilhões no âmbito do programa. O Brasil, como terceiro maior usuário do SGP, após a Índia e a Tailândia, exportou US\$ 2.3 bilhões no mesmo período. De acordo com a Colisão para a Renovação do SGP, os importadores norte-americanos e empresas de manufaturados que dependem de insumos importados com isenção de impostos, no âmbito do SGP, serão impactados negativamente pela interrupção do programa, com um custo de aproximadamente US\$ 2 milhões por dia. Ou seja, a não renovação do SGP antes do recesso parlamentar custará às empresas norte-americanas pelo menos US\$75 a US\$100 milhões em novos impostos.

No dia 1º de agosto, em nota oficial, o Representante Comercial dos Estados Unidos, Michael Froman, solicitou ao Congresso urgência na aprovação da renovação do SGP. Froman enfatizou a importância do programa para a competitividade norte-americana, bem como para a manutenção de custos baixos para os consumidores e benefícios para alguns dos países mais pobres do mundo.

## Congresso discute Agenda de Comércio

---

No dia 18 de julho o Comitê de Ways and Means realizou uma audiência pública com a presença do Representante Comercial dos EUA, Michael Froman, para discutir a agenda de comércio de 2013 do presidente Obama.

Em seu discurso ao Congresso, o Embaixador Froman ressaltou que suas três grandes prioridades para o aumento das exportações são: abrir mercados no exterior, criar igualdade de condições no comércio exterior e assegurar que as regras internacionais de comércio sejam cumpridas. Froman referiu-se aos esforços concentrados na primeira rodada de negociações entre os EUA e a União Europeia (UE) na segunda semana de julho, nas negociações da Parceria Transpácífica (*Transpacific Partnership – TPP*), nas negociações de serviços no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), bem como na facilitação de negócios e acordos de tecnologia da informação. Além disso, Froman afirmou que, se esses acordos forem concluídos, o livre comércio seria criado com 65% da economia global.

Relativo aos assuntos legislativos, o Embaixador mencionou que trabalhará com o Congresso na reautorização do SGP ainda este ano, na proposta para auxílio aos trabalhadores afetados pelo comércio (*Trade Adjustment Assistance – TAA*) e na autoridade de promoção comercial (*Trade Promotion Authority – TPA*). O Presidente Obama solicitou oficialmente esta semana que o Congresso trabalhe na proposta da TPA para que aumente a credibilidade das negociações com a UE e a TPP. Com a aprovação da TPA, a legislação para ratificar acordos de comércio não poderá ser emendada, e o voto aprovaria ou rejeitaria a medida como um todo. Froman aludiu também à dificuldade resultante dos cortes orçamentários que limitam as negociações.

Deputado Devin Nunes (Republicano da Califórnia) mencionou que está preparando uma proposta legislativa para consolidar os diálogos bilaterais existentes com o Brasil e relatou que o Congresso receberá a missão da delegação brasileira do Conselho Empresarial Brasil-EUA (CEBEU), organizada pela BIC, na terceira semana de setembro. Outro assunto que dominou a audiência foi o desalinhamento do câmbio. Vários Congressistas cogitaram que o tema deveria ser incorporado nas discussões da TPP e apesar do consenso bipartidário sobre a importância do tema, ainda não se sabe qual o melhor veículo legislativo ou fórum para levá-lo adiante

## Projeto de lei sobre a tarifa de etanol

Em 1º de julho, o Deputado Charles Rangel (Democrata de Nova Iorque) apresentou proposta de lei para proteger o mercado de etanol nos EUA, através da extensão de tarifas tributárias sobre as importações do combustível (H.R. 2564). A proposta será analisada no Comitê Ways and Means da Câmara, que é responsável por aprovar impostos e tarifas nos EUA.

Não é a primeira vez que propostas de lei, tentando impedir ou dificultar a importação de etanol estrangeiro, são feitas. Em maio, uma proposta chamada "*Foreign Fuels Reduction Act*", para impedir etanol importado de ser contabilizado no RFS (*Renewable Fuel Standards*) também foi introduzida no Senado.

A barreira de importação do etanol nos EUA caiu ao final de dezembro de 2011, depois de mais de 30 anos de proteção. Isto aconteceu quando o Congresso norte-americano permitiu a expiração da lei que fornecia subsídio de US\$ 0,45 por galão de etanol produzido nos EUA, assim como a tarifa alfandegária de US\$ 0,54 cobrada pelo galão de etanol importado.

## SGP - USTR anuncia início da Revisão Anual de 2013

No dia 29 de julho, o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos anunciou o início do período para envio de petições para alterações da lista de produtos elegíveis para a isenção tarifária, no âmbito do programa SGP, assim como petições para alteração do estado de alguns países beneficiários e à dispensa de limites de competitividade (CNLs).

### Prazos:

- 4 de outubro de 2013: Petições para alteração da lista de produtos elegíveis ou para revisão de estado de países beneficiários devem ser recebidas até as 17:00 horas (EST).
- 22 de novembro de 2013: Petições para dispensa de limites de competitividade (CNLs) devem ser recebidas até as 17:00 horas (EST).

Para mais informações, acesse a [nota oficial](#) do *Federal Register*.

## FATCA: prazo prorrogado e site para registro

*A FATCA, lei americana de conformidade tributária para contas estrangeiras, visa o combate à evasão fiscal por americanos que mantêm contas bancárias no exterior, mediante a requisição do envio destas informações ao Tesouro norte-americano.*

No dia 12 de julho, a Receita dos Estados Unidos anunciou uma prorrogação de seis meses para o início dos procedimentos de retenção, bem como para a implementação de novos procedimentos de abertura de contas e requisitos relacionados à implementação da FATCA.

O FATCA, em vigência desde janeiro de 2013, estabelece que as instituições financeiras estrangeiras deverão identificar e relatar anualmente as contas e transações realizadas por correntistas norte-americanos, sob pena de retenção na fonte de 30% dos rendimentos obtidos em transações realizadas nos EUA.

Para mais informações, acesse o seguinte [link](#). A Receita norte-americana anunciou ainda que o site de registro do FATCA deverá ser disponibilizado a partir de agosto deste ano.

O site de registro FATCA foi projetado para ser acessível às instituições financeiras e será disponibilizado no dia 19 de agosto de 2013. Através deste site, as instituições financeiras poderão iniciar o processo de registro, através da criação de uma conta e fornecimento de informações sobre a instituição e operações de suas filiais.

Para mais informações sobre a inscrição através do site, acesse o [link](#).

## FDA publica novas propostas sobre a Lei de Segurança Alimentar

---

*A Lei de Modernização da Segurança Alimentar (FSMA) institui novos sistemas de fiscalização preventivos da cadeia produtiva de alimentos.*

A Agência de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos (*U.S. Food and Drug Administration - FDA*) publicou em 29 de julho duas novas propostas regulamentares referentes à nova Lei de Modernização da Segurança Alimentar.

As duas propostas incluem o Programa de Verificação de Fornecedor Estrangeiro (FSVP) e a Certificação de Terceiros. Segundo as regras propostas do FSVP, o importador ou seu agente norte-americano deve fornecer garantias de que os alimentos importados atendem aos padrões do FSMA, ou poderão sofrer a recusa de entrada e/ou serem impedidos ou ilegíveis a participar no programa voluntário do importador qualificado da FDA para revisão e entrada acelerada, que está em desenvolvimento.

A proposta da FDA sobre o FSVP detalha as obrigações do importador, colocando pela primeira vez a responsabilidade de garantir a segurança dos alimentos importados diretamente sobre o importador ou seu agente nos EUA.

A certificação de terceiros abrange os requisitos e circunstâncias que orientam o uso de certificações de auditores credenciados, pela FDA, a fim de determinar se devem permitir a importação de certos alimentos nos Estados Unidos. Além disso, a norma contém os requisitos para as entidades de acreditação que buscam reconhecimento da FDA, bem como requisitos para os auditores que desejam ser acreditados. De acordo com a proposta, a FDA poderia reconhecer governos estrangeiros, organizações sem fins lucrativos, ou empresas privadas para credenciar os auditores.

### **Regulamento proposto sobre fornecedores estrangeiros (FSVP)**

Este regulamento exige que os importadores ou os agentes nos Estados Unidos:

- Investiguem a conformidade de seus fornecedores aos padrões do FSMA, incluindo verificar se os fornecedores receberam cartas de advertência da FDA e alertas de importação ou se estão sujeitos aos requisitos de certificação no âmbito da Lei de Alimentos, Medicamentos e Cosméticos;
- Analisem os perigos associados com cada alimento que importam e avaliem a abrangência no caso de uma provável contaminação alimentar;
- Envolvam-se em atividades tais como auditoria de fornecedores estrangeiros no local, amostragens do lote, testes de alimentos e revisão de registros referentes à segurança alimentar de fornecedores;
- Mantenham uma lista de fornecedores estrangeiros e desenvolvam procedimentos escritos para as atividades de verificação;

- Estabeleçam um mecanismo de revisão e investigação de queixas;
- Analisem e revejam o programa de verificação de fornecedores estrangeiros a cada três anos ou mais frequentemente em caso de problemas;
- Obtenham um número universal (DUNS) para ser fornecido com registros de entrada; e
- Mantenham os registros comprobatórios de todas as atividades de verificação.

Certas importações estão isentas dos requisitos, como por exemplo, importações de suplementos alimentares, pequenas importações, importações provenientes de fornecedores de alimentos em boas condições de conformidade com as regras da FDA, assim como importações de países cujas regras são oficialmente reconhecidas como comparáveis e equivalentes às dos Estados Unidos.

A regra proposta também isenta das novas exigências certas instalações de sucos e frutos do mar, as que estão cumprindo as normas de segurança federais, alimentos importados para pesquisa, alimentos importados para consumo pessoal, bebidas alcoólicas e alimentos que são importados para processamento adicional ou em transbordo.

### **A regra proposta para certificação de terceiros**

Para participar deste programa, os importadores devem importar alimentos a partir de instalações certificadas. Além disso, em conformidade com a FSMA, a FDA tem autoridade para exigir certificação de acordo com a Lei de Alimentos, Medicamentos e Cosméticos, como condição de entrada para certos alimentos que, conforme determinação da FDA, representam risco de segurança alimentar. Tais certificações podem ser fornecidas por um auditor terceirizado certificado. A regra proposta sobre a certificação de terceiros contém:

- Procedimentos de reconhecimento e acreditação;
- Exigências relativas ao monitoramento e supervisão dos organismos de acreditação e auditores participantes; e
- Requisitos relativos à auditoria e certificação de instalações estrangeiras de alimentos no âmbito do programa.
- Além da regra proposta, a FDA estará emitindo um guia de padrões modelo que especificam as qualificações que as entidades de certificação devem ter para serem acreditadas.

Para acessar a proposta da FDA sobre o **Programa de Verificação de Fornecedor Estrangeiro**, acesse o [link](#).

Para acessar a proposta da FDA sobre a **Certificação de Terceiros**, acesse o [link](#).

As empresas interessadas terão até 26 de novembro para enviarem seus comentários sobre as duas consultas públicas. Por ordens da corte federal, a FDA deverá publicar todas as propostas regulamentares do FSMA até meados de 2015.

A FDA e o BID, em parceria com o BIC, o CEBEU, a CNI, a Rede CIN, a CNA, a Apex-Brasil e a AmCham, realizarão um evento sobre o FSMA, em São Paulo, no dia 9 de agosto.

Para inscrever-se, acesse o seguinte [link](#).

## 18ª Rodada das Negociações da TPP

---

A 18ª rodada de negociações sobre a Parceria Transpacífica (TPP) foi realizada entre os dias 15 e 25 de julho, em Kota Kinabalu, Malásia. Na conclusão do encontro, as autoridades dos 12 países que formam a TPP acolheram a entrada do Japão nas negociações e informaram que tem a intenção de finalizar um acordo global e de alto padrão ainda este ano.

Em 23 de julho, o Japão juntou-se oficialmente às negociações da TPP, como o 12º membro. Durante essa rodada, o Japão recebeu atualizações detalhadas sobre o estado das discussões e participou ativamente dos trabalhos dos grupos de negociação, expressando o seu compromisso de integrar-se rapidamente ao processo.

A cinco meses do fim do prazo para a conclusão de um acordo, os negociadores-chefes da TPP anunciaram medidas processuais adicionais, destinadas a avançar as negociações. Seguindo a orientação dos ministros de comércio dos Estados Unidos e dos outros países da TPP, os grupos que negociam temas como o acesso a mercados, regras de origem, barreiras técnicas ao comércio, investimento, serviços financeiros, e-commerce e transparência, afirmaram ter avançado em uma gama de questões técnicas nos textos jurídicos desses capítulos.

Os negociadores também alegaram ter encontrado um terreno comum sobre as questões que abrangem questões referentes à propriedade intelectual, concorrência e meio-ambiente. Cada grupo desenvolveu um plano detalhado para o fechamento das questões restantes para a conclusão dos seus trabalhos. Contudo, deram pouca indicação sobre avanços significativos suficientes para atender seu objetivo até o fim do ano.

Por exemplo, os negociadores-chefes anunciaram que tinham entrado em acordo sobre um programa de trabalho para acelerar as negociações de acesso a mercado para produtos industriais, agrícolas, têxteis e de vestuário, que visa alcançar uma liberalização abrangente. Entretanto, a declaração conjunta emitida durante a conferência de imprensa não contém prazos para o programa de trabalho, apesar da promessa de que esta declaração estabelecerá prazos específicos.

A 19ª rodada de negociações TPP será realizada nos dias 22 a 30 de agosto, em Brunei.

## EUA e União Europeia realizam primeira Rodada de Negociações

---

Em 12 de julho os Estados Unidos e a União Europeia (EU) concluíram a primeira rodada de negociações para o Comércio Transatlântico e Parceria de Investimento (*Transatlantic Trade and Investment Partnership – TTIP*). A próxima rodada de negociações foi agendada para outubro.

Os líderes dos EUA e da UE abriram a rodada com observações positivas, que destacaram a força do relacionamento multilateral e da vontade política dos participantes. Ambos os pontos são essenciais para os países atingirem os objetivos de maior acesso a mercados, estabelecidos em um acordo em 2014. As partes interessadas de todos os setores expressaram suas prioridades para os negociadores durante um evento realizado antes do início das negociações.

O início das negociações tratou do processo das negociações. No entanto, a UE determinou que as questões referentes aos serviços audiovisuais e os regulamentos de importação de organismos geneticamente modificados não seriam parte da negociação. Sob a liderança do Representante Comercial dos EUA, Michael Froman, e do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, os negociadores foram organizados em grupos de trabalho para resolver 21 questões, que incluem: investimentos, medidas sanitárias e fitossanitárias, trabalho, compras governamentais, serviços transfronteiriços, energia e matérias-primas, meio ambiente, têxteis, regras de origem,

questões jurídicas, acesso a mercados, questões regulatórias, *e-commerce* e de telecomunicações, direitos de propriedade intelectual, pequenas e médias empresas, acesso ao mercado agrícola, contenciosos, serviços financeiros, competição, alfândega e facilitação do comércio e empresas estatais. Os grupos de trabalho não refletem a estrutura do acordo potencial, mas eles são uma maneira prática e eficiente para garantir que todas as questões importantes sejam incluídas nas discussões.

Durante as sessões de grupos de trabalho, cada um dos lados expressaram seus objetivos e áreas de convergência e divergência em torno da proposta da estrutura das negociações. As três questões mais discutidas durante o período de cinco dias foram os investimentos, medidas sanitárias e fitossanitárias, e mão de obra, indicando que as negociações tendem a ser mais complexas. Além desses problemas, os negociadores preveem enfrentar maior dificuldade em chegar a acordos sobre a regulamentação de normas sobre padrões de segurança e saúde.

Até o outono as duas partes prosseguirão discutindo o assunto sem uma mini rodada, mas já alcançaram um acordo em derivados financeiros, conhecidos como *swaps* nos EUA. Outras questões que demandarão maiores negociações serão abordadas, juntamente com novas ideias, em outubro.

## BIC investiga gás não convencional com grupo de brasileiros

Entre os dias 22 a 25 de julho de 2013, a Brazil Industries Coalition (BIC) organizou mais uma missão técnica para um grupo de brasileiros nos EUA. O tema, novamente, foi o gás não convencional (*shale gas*). Além da comitiva da BIC, incluindo sua Diretora-Executiva Célia Feldpausch, o grupo contava com *traders* de energia do Brasil e representantes do governo do estado de Minas Gerais (CEMIG) e da ABRACEEL.

A delegação se reuniu com a Agência de Proteção Ambiental (EPA), organizações que analisam o papel estratégico do recurso natural (CSIS, Johns Hopkins University), associações do gás natural e institutos de petróleo e derivados (ANGA, API, IPAA, Marcellus Shale Coalition), além de encontro com o Secretário e o Vice-Secretário do governo da Pensilvânia.

A missão anterior realizada pela BIC, em parceria com a Embaixada do Brasil, trouxe a Frente Parlamentar Pró-Gás Natural e ambas as missões permitiram o alargamento da rede de contato, no Brasil, daqueles interessados em explorar o recurso no país. Mais uma vez, o interesse brasileiro repercutiu na mídia dos EUA, inclusive em grandes jornais como o *Wall Street Journal* e o *Miami Herald*.